

CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 140/2021

PREGÃO N.º 056/2021

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE LUISBURGO, pessoa jurídica de direitopúblico, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Bairro Centro, nesta cidade de LUISBURGO, Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 01.615.423/0001-89, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor OTENIDES DOS SANTOS HOTT PRAÇA e a Pregoeira MARIA ISABEL DE CARVALHO, designada pela Portaria nº 043/2021, datada de 26 de fevereiro de 2021, e, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Municipal 016/2021 de 08 de fevereiro de 2021, bem como as especificações e anexos do presente Instrumento Convocatório, torna pública a realização de licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos seguintes:

1. DOS TRABALHOS

- 1.1. O PREGÃO será conduzido pela Pregoeira, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, conforme designação contida nos autos do processo, em especial:
- 1.1.1. Credenciamento dos representantes legais dos licitantes interessados em participar deste Pregão.
 - 1.1.2. Recebimento dos envelopes "Proposta" e "Documentação".
 - 1.1.3. Abertura dos envelopes "Proposta".
 - 1.1.4. Divulgação dos licitantes classificados e desclassificados.
 - 1.1.5. Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais.
- 1.1.6. Abertura do envelope contendo a "Documentação" do licitante detentor do menor preço.
- 1.1.7. Lavratura do Termo de Adjudicação ao (s) licitante (s) vencedor (es).
- 1.2. O PREGÃO será realizado no dia <u>01 de dezembro de 2021</u>, com início às 13h00min, na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Centro, LUISBURGO, Estado de Minas Gerais, quando deverão ser apresentados, no início, o(s) documentos(s) para credenciamento, da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação e término às 13hs00min.
- 1.2.1. Os invólucros poderão ser entregues até às 13h00min do dia <u>01 de</u> <u>dezembro de 2021</u>, na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº59, Centro, LUISBURGO, Estado de Minas Gerais.
- 1.3. A abertura dos invólucros terá inicio logo após o credenciamento dos proponentes.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- MUNICIPIO DE LUISBURGO
- 1.4. As decisões da Pregoeira serão publicadas no Hall do Paço Municipal e no Diário Oficial do Município, salvo com referência àquelas que lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais dos licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde quecomprovado o seu recebimento, principalmente, quando ao resultado de:
 - a) Julgamento deste Pregão.
 - b) Recurso por ventura interposto.
- 1.5. O licitante que não pretenda credenciar representante para praticar atos presenciais, poderá encaminhar os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação" e, em terceiro envelope, devidamente identificado (ouavulsos), com os documentos estabelecidos no item 12 do edital convocatório, se for o caso, por correio ou diretamente no Setor de Licitações, até o prazo de realização da sessão pública e atendidas as condições estabelecidas neste edital.

2. DO OBJETO DO PREGÃO

2.1. O objeto deste pregão é o registro de preço de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para a demanda da Secretaria Municipal de Educação, conforme termo de referência e exigências estabelecidas no Edital.

3. TIPO DO PREGÃO

- 3.1. Este PREGÃO é do tipo menor preço por item, cujo objeto do presente edital será executado sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, II, alínea "b", da Lei 8666/93.
 - 4. ELEMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL
- 4.1. ANEXO I MODELO DE FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA
 - 4.2. ANEXO II MODELO DE PROCURAÇÃO
- 4.4. ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- 4.5. ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO (LEI 8.666/93, ART. 27, INCISO V)
- 4.6. ANEXO V MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- 4.7. ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE
 - 4.8. ANEXO VII MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
 - 4.9. ANEXO VIII TERMO DE REFERENCIA

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar qualquer licitante do ramo pertinente, que atenda às condições de habilitação estabelecidas no Título VI, deste instrumento convocatório.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- MUNICIPIO DE LUISBURGO
- 5.2. A verificação de que a Empresa atende ao disposto neste item se dará pela análise do CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica), constante do Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da licitante.
 - 5.3. Não poderá participar da presente licitação Empresa:
- a) suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;
 - b) em consórcio;
 - c) com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 5.4. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 5.5. As normas disciplinadoras da licitação na modalidade Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 6. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 6.1 Os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser entregues à Pregoeira na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 140/2021 PREGÃO N.º 056/2021 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO/MG PROCESSO LICITATÓRIO N.º 140/2021 PREGÃO N.º 056/2021 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

- 6.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em uma via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador.
 - 6.2.1. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- MUNICIPIO DE LUISBURGO
- 6.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº. 02) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedido via Internet.
- 6.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original a Pregoeira, por ocasião da abertura do ENVELOPE nº. 02, para a devida autenticação.
- 6.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 6.3.1., o documento original a ser apresentado poderá não integrar o ENVELOPE.
- 6.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Pregoeira.
- 6.3.1.3. A PREGOEIRA não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.
- 6.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.
- 6.3.3. Inexistindo prazo de validade nos documentos exigidos, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.
- 6.3.4. Os referidos envelopes deverão ser entregues a Pregoeira, na sessão pública de abertura deste certame, no dia, horário e local indicado neste instrumento.
- 6.3.4.1. Não haverá aceitabilidade de entrega dos envoltórios após o horário pré-determinado no Edital Convocatório.
- 6.3.4.2. Os envoltórios serão aceitos encaminhados via correio ou protocolizados até o inicio da sessão.
- 6.4. O MUNICÍPIO DE LUISBURGO não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa ou protocolizados.

7. CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 7.1. A PROPOSTA deverá conter:
- a) o número do Processo e número deste PREGÃO;
- b) a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;
- c) apresentar a descrição do item do PREGÃO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item;
- d) prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- MUNICIPIO DE LUISBURGO
- e) apresentar o valor total do item com 02 (duas) casas decimais depois da vírgula em algarismo, apurado à data da apresentação da proposta.
 - f) indicação, da marca do item, a fim de caracterizar o produto oferecido;
- 7.2. PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal e com a liquidação da despesa pelo Setor Responsável da Prefeitura Municipal de LUISBURGO.
- 7.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.3.1. Fica condicionado a Pregoeira a análise da desclassificação se ocorrer, podendo usar de suas prerrogativas, no interesse público, levantar e buscar outros meios necessários para solução.
- 7.4. No caso de omissões das propostas, quanto ao prazo de validade, o prazo de garantia do produto e ao prazo de entrega, serão considerados aqueles previstos no Edital.
- 7.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.6. A proposta do licitante, deverá ser preenchida através do programa gerador de proposta, que será encaminhado aos licitantes proponentes após solicitação e devidamente cadastros no sistema de licitação da Prefeitura Municipal, que deverá ser encaminhada via impressa e o arquivo gerado em mídia (CD/DVD/PENDRIVE, etc.)
 - 8. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 8.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes:
 - 8.1.1. Habilitação Jurídica: (Art. 27, I c/c Art. 28 da Lei Federal 8.666/93)
 - a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Apresentação do contrato social na fase de credenciamento exime o Licitante de apresenta-lo novamente entre os documentos insertos no envelope de habilitação.
 - 8.1.2. Qualificação Econômico-Financeira: (Art. 27, III c/c Art. 31 da Lei Federal 8.666/93)
- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da Sede da licitante.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, dispensando-se nos casos de Empresas enquadradas como ME, EPP ou MEI.
- 8.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista: (Art. 27, IV c/c Art. 29 da Lei Federal 8.666/93)
 - a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); não superior a 90 dias.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da **Receita Federal**, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria/MF 358 (05/09/14), alterada pela Portaria/MF 443 (17/10/14);
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida via internet pelo TST Tribunal Superior do Trabalho).

8.1.4. Demais documentos:

- a) Declaração do licitante de que não possuí em seu quadro de pessoal empregado (s) menores dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Decreto Federal 4.358/2002, nos termos do Art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.
- b) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo, nos termos do Art. 32, § 20 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 8.2. Disposições sobre Habilitação:
- 8.2.1. As declarações relacionadas no item 8.1.4 deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.
- 8.2.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
 Rua Orlando Muniz de Carvalho, n.º 59, Centro, Luisburgo/MG



CNPJ 01615423/0001-89

Minas Gerais

- 8.2.2.1. Em nome do licitante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo:
- a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2.2.2. Datados dos últimos cento e oitenta dias até a data de aberturado Envelope nº02 quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor:
- a) Não se enquadram no prazo de que tratam o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, podendo a Pregoeira requerer a comprovação deste enquadramento.
 - 8.2.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 8.2.4. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.2.5. Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excluídos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação deambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

9. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

- 9.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Bairro Centro, na cidade de LUISBURGO, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.923-000 no hall da Prefeitura Municipal ou na Divisão de Licitações e Contratos, durante o expediente do órgão licitante, no horário das 08h00min às 16h00min, até a dataaprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes: "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".
- 9.2. O aviso do EDITAL será publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como será divulgado no hall da Prefeitura Municipal de LUISBURGO.
- 9.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessada até o dia da sessão, no horário e local especificado neste item sem qualquer ônus.

10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 10.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, os prazos estabelecidos na Legislação.
- 10.1.1. A pretensão referida no subitem 10.1 pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1.
- 10.1.1.1. Somente será aceito os recursos e pedidos de esclarecimentos devidamente protocolados no endereço e horário constantes do subitem 9.1., sendo desconsiderados os apresentados em desconformidade com o disposto neste item.



CNPJ 01615423/0001-89

Minas Gerais

10.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

10.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes, através do site oficial ou através de publicação no Hall do Paço Municipal.

11. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, os prazos estabelecidos na legislação.
- 11.1.1. As medidas referidas no subitem 11.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora de EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1, devendo ser observado o disposto no item 10.1.1.1.
- 11.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscrita do ato convocatório do pregão no prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá ser juntada aos autos do PREGÃO.
- 11.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige desde que implique modificação (ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da (s) alteração (ões) decorrente (s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

12. DO CREDENCIAMENTO

- 12.1. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munidos de carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame procuração por instrumento público ou particular, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.
- 12.2. O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 12.3. O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



- 12.4. O representante nomeado pelo licitante para participar dos lances verbais, deverá apresentar, além do documento de credenciamento, o respectivo Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 12.5. O licitante ou seu representante deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. 10.520/2002, conforme modelo estabelecido no Anexo V, documento este que deverá ser apresentado junto com o documento de Credenciamento (Anexo II), quando for o caso, ou seja, não deverá ser colocado dentro do envelope de "Documentação de Habilitação".
- 12.6. Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postal, a mesma será considerada que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo V.
- 12.7. O credenciamento do licitante, ou de seu representante legal junto à Pregoeira, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.
- 12.8. Para comprovação de enquadramento como Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI's), deverá o licitante apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DE SER ME OU EPP), conforme modelo em anexo, acompanhada de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, emitida no máximo a 90 (noventa) dias a contar da data de recebimento das propostas.
- 12.9. Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais.
- 12.10. Apresentação do item 12.2 e 12.4 contrato social ou equivalente na fase de credenciamento exime o Licitante de apresenta-lo novamente entre os documentos insertos no envelope de habilitação.

13. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

- 13.1. Compete a Pregoeira proceder à abertura dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, conservando intactos os envelopes DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e sob a guarda da Pregoeira/ÓRGÃO LICITANTE.
- 13.2. A abertura do envoltório contendo proposta, somente ocorrerá após todos os trâmites de credenciamento do certame.

14. EXAME E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. A PREGOEIRA examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas no item 6 e 7.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- p(s) implicará a
- 14.1.1. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará a constatação da conformidade do (s) mesmo (s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.
- 14.2. Definidas as PROPOSTAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, a Pregoeira elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço por item.
 - 15. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
 - 15.1. Será desclassificada a PROPOSTA que:
- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
 - b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
 - d) apresentar preço(s) manifestamente inexequível (is);
 - e) apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero.
- 16. <u>DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS</u>
- 16.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, a Pregoeira selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez pontos percentuais) aquele de menor preço.
- 16.1.1. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 16.1, a Pregoeira selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços.
- 16.1.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se- ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:
- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo de 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.1;
- b) ou todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.
- 16.1.3. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 16.1.2, letras "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisório das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabendo à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.
- 16.1.4. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, a PREGOEIRA poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações



CNPJ 01615423/0001-89

Minas Gerais

de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionando, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante, tudo em conformidade como disposto na Lei Federal 10.520/2002 c/c Decreto Federal 3.555/2000 e nos termos da Legislação Municipal.

17. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS

- 17.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas/lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de melhor preço.
- 17.1.1. Somente será (ao) aceito(s) LANCE (S) VERBAL (IS) que seja (am) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e/ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.
- 17.2. A PREGOEIRA convidará individualmente as proponentes classificadas para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a OFERECER LANCE VERBAL. Havendo propostas escritas empatadas, a ordem sequencial de convocação para lances é a de credenciamento, decrescente, conforme previsto no sistema eletrônico de Pregão Presencial.
- 17.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 17.4. Quando convocado pela Pregoeira, a desistência da proponente de apresetar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.
- 17.5. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.
- 17.6. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.
- 17.7. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no últimopreço/lance apresentado, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindomotivadamente a respeito.
- 17.8. A PREGOEIRA decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- 17.9. Na hipótese de não realização de lances verbais, a Pregoeira verificará se esta em conformidade a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 17.10. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado a Pregoeira negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



- 17.11. Havendo propostas ou lances conforme o caso, de MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante mais bem classificada no certame, serão consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.
- 17.11.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 17.12. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o caso, no prazo de cinco minutos após o encerramento de lances a contar da convocação da Pregoeira, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.
- 17.13. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente Edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 17.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.
- 17.13.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- 17.14. A PREGOEIRA deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou todos os meios possíveis para a correspondente verificação.
- 17.15. A PREGOEIRA pode solicitar a demonstração de exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva, e ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou lance verbal de menor preço que apresentar.
- 17.16. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item 16, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.
- 17.17. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais

- MUNICIPIO DE LUISBURGO
- 17.18. Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).
- 17.18.1. A PREGOEIRA poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação e declarações apresentadas, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contando do recebimento da convocação.
- 17.19. Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO" em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL para sua regularização, prorrogávelpor igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira.
- 17.20. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 17.19 implicará a decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas na cláusula 28 do ato convocatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, Inciso XXIII, da Lei nº. 10.520,de 17 de julho de 2002.
- 17.21. Constatando o atendimento das exigências habilitatórias previstas no Edital, a proponente será declarada vencedora.
- 17.22. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.
- 17.23. Sendo a proposta aceitável, A PREGOEIRA verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

18. RECURSO ADMINISTRATIVO

- 18.1. Por ocasião do final da sessão, a (s) proponente (s) que participou (aram) do PREGÃO ou que tenha (m) sido impedida (s) de fazê-lo (s), se presente (s) à sessão, deverá (ão) manifestar imediata e motivadamente a (s) intenção (ões) de recorrer.
- 18.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 03 (três) dias, a contar da ocorrência.
- 18.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira à licitante vencedora.



CNPJ 01615423/0001-89

Minas Gerais

- 18.2.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.3. As demais proponentes ficaram, imediatamente, intimadas na sessão pública para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE, sendo assegurado vista imediata do certame.
- 18.3.1. A Pregoeira poderá decidir na Sessão Pública, por novo prazo, devidamente fundamentada.
- 18.4. Após a apresentação das contra-razões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, a Pregoeira examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, à autoridade competente para a decisão.
- 18.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 9.1 deste Edital.
- 18.6. O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo, sem prejuízo do respectivo julgamento antes da homologação, da adjudicação e da contratação, na forma do disposto no Inciso XX do art. 11 do Decreto Federal nº 3.555/00.

19. ADJUDICAÇÃO

- 19.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo a Pregoeira adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).
- 19.1.1. A Adjudicação poderá ocorrer de imediato ou outro prazo que a Pregoeira assim decidir.
- 19.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

20. HOMOLOGAÇÃO

- 20.1. Cabe à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- 20.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar a ata detentora/contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

21. <u>DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO</u>

21.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no Hall do Paço Municipal.

22. <u>DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS</u>

22.1. Homologada a presente licitação, a Prefeitura Municipal de LUISBURGO lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas classificados em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedentemente ao contrato de fornecimento destinado a subsidiar o Quadro Geral de Preços, o qual terá validade de doze meses, a contar de sua lavratura.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes das aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no Orçamento Vigente, que será empenhado de acordo com a necessidade e solicitação.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



- 24. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS/PAGAMENTO
- 24.1. O pagamento será efetuado em até trinta dias, creditado em conta corrente indicada pelo licitante, a partir da entrega das notas fiscais.
- 24.2. O pagamento poderá ser feito diretamente ao responsável do licitante contratado.
- 24.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação no prazo máximo de setenta e duas horas.
- 24.4. O licitante vencedor deverá efetuar a entrega dos itens, no prazo máximo de até 05 dias após a solicitação do MUNICIPIO DE LUISBURGO, na sede do Almoxarifado Municipal ou em outro lugar definido pela administração, de acordo com a necessidade de consumo do Município deLUISBURGO.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado nos termos estabelecidos no item 24, após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente, acompanhada das certidões negativas de débitos junto a receita federal e regularidade de FGTS e entrega dos bens.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no Art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002.
- 26.1.1. A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei 8.666/1993.
- 26.2. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas edanos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(ão) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) proponente(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.
- 26.3. Para efeito de aplicação de qualquer das penalidades apontadas neste termo convocatório, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 26.4. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada. Tratando-se de penalidade que implique o impedimento de licitar e contratar com aPREFEITURA ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e em outros órgãos públicos.

27. DA LEGISLAÇÃO

- 27.1. O Edital Convocatório do presente certame reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:
 - 27.1.1. Lei Federal n.º 10.520/2002.
 - 27.1.2. Lei Federal n.º 8.666/1993.
 - 27.1.3. Lei Federal nº 123/2006.
 - 27.1.4. Lei Complementar nº 147/2014. Rua Orlando Muniz de Carvalho, n.º 59, Centro, Luisburgo/MG CEP:36923-000 - Tel: 33 33787000



CNPJ 01615423/0001-89

Minas Gerais

- 27.1.5. Decreto Municipal nº 016/2021.
- 27.1.6. Demais exigências deste edital e seus anexos.
- 27.2. Para efeito deste edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:
- 27.2.1. Pregão modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de proposta de preços escritos e lances verbais.
- 27.2.2. Bens e Serviços Comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.
- 27.2.3. Termo de Referência documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Prefeitura Municipal de LUISBURGO, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado e o prazo de entrega dos produtos e prestação dos serviços.
 - 27.2.4. A Prefeitura Municipal de LUISBURGO órgão licitador.
- 27.2.5. O Licitante, pessoa jurídica que adquiriu o presente edital e seus elementos constitutivos e anexos.
- 27.2.6. Licitante Vencedor pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto deste Pregão.
- 27.2.7. Sistema de Registro de Preços SRP conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços comuns e à aquisição de bens, para contratações futuras.
- 27.2.8. Ata de Registro de Preços documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, detentores da ata, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- 27.2.9. Órgão Gerenciador Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento e da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 27.2.10. Órgão Participante Órgão ou Entidade da Administração Pública, que participou da etapa preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços.
- 27.2.11. Detentor da Ata Licitante (s) vencedor (es) do certame na modalidade pregão, com preços registrados para futuros fornecimentos ou prestação de serviços.

28. DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 28.1 No interesse da Prefeitura Municipal de LUISBURGO, o valor inicial poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de vinte e cinco pontos percentuais.
- 28.2 O licitante vencedor fica obrigado a aceitar as mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



28.3 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes, se houver possibilidade jurídica.

29. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 29.1. Poderá haver reajustes de preços, em conformidade com o art. 15 parágrafo 3º Inciso II da Lei n.º 8666/93 e na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art.65 da Lei nº 8.666/93 ou em caso de redução de preços praticados no mercado.
- 29.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do Inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 30.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.
- 30.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste subitem em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 30.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste Edital, desde que não haja comunicação da PREGOEIRA em sentido contrário.
- 30.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- 30.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição de sua qualificação durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- 30.6. A (s) proponente (s) assume (m) o (s) custo (s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta (s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- 30.7. A apresentação da proposta de preços implicará a aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus Anexos.
- 30.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO, isentando a PREGOEIRA e sua Equipe decorrente da utilização de artifícios ilegais.



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



- 30.9. A adjudicação do (s) item (ns) deste PREGÃO não implicará odireito à contratação.
- 30.10. A PREGOEIRA somente adjudicará o (s) item (ns) deste PREGÃO após o prazo legal.
- 30.11. Este Edital e seus Anexos, bem como a (s) proposta (s) da(s) proponente (s) adjudicatária (s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 34.12. Será competente o Foro da Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

LUISBURGO, 18 de novembro de 2021

MARIA ISABEL DE CARVALHO PREGOEIRA

GIOVANNA APARECIDDA BOREL VARGAS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



ANEXO I MODELO PROPOSTA COMERCIAL

Observação: O licitante proponente deverá preencher a proposta através do Programa Gerador de Proposta, que será encaminhado junto com o edital convocatório para preenchimento, devendo imprimir a proposta, salvar o arquivo em mídia (cd/pendrive e etc.).

	DE:											
		PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO										
	REF.: PROCESSO DE LICITAÇÃO 1 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05	40/2021 6/2021										
	Prezados Senhores,											
	Estamos apresentando propo seguinte:	sta de preç	os	para fo	ornecimen	to, nos te	ermos					
ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	Q	UANT.	MARCA	VR. UNIT.	VR TOT					
001												
	Justificativa de necessidade e	ípio	cessidade									
	Local de entrega/serviços: De acordo com a ordem compra											
	Declaramos ter total conhecimonos submetemos para todos os Cumpre-nos informar-lhes aind	s fins de direi	to.			-						
	Obs.: O preenchimento do proposta da licitante com to constantes no edital.											
	Validade da proposta: 60 (Sess	senta) dias										
	Local e Data:											
	Carimbo	e Assinatura	do	Propone	ente							



CNPJ 01615423/0001-89 Minas Gerais



ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

			Pelo	pres	ente	inst	rumento	partic	ular	de
procuraç	ão,									
inscrita	no	Cadastro	Nacional	de	Pes		Jurídica		0 Sor	, nº
		bra	asileiro, cas				epresent rtador do	-		
e consti	tui co	omo seu ba		•			tador do	0 , 0.	,	,
brasileiro	o, cas	ado (solteiro) portador	da Cé	dula	de Id	entidade	nº e CF	PF sc	b o
nº, para	repre	esentá-lo jui	nto ao mur	nicípio	de L	UISE	BURGO,	em esp	ecial	no
Processo	o Licit	atório Pregã	o Presencia	al nº _	/202	21, us	ando do	s recurs	os le	gais
e acomp	anhai	ndo-os, conf	erindo-lhes,	ainda	a órgão	os pú	blicos fe	derais, e	stad	uais
e munic	ipais	e suas auta	arquias, bei	m cor	no co	m os	podere	s para	trans	igir,
desistir,	receb	er e dar quit	ação, firmai	com	oromis	ssos,	assinar ı	respectiv	o ter	mo,
fazer e	assina	ar requerime	entos, apres	sentar	lance	es ve	rbais, ne	egociar _l	oreço	s e
demais	condi	ções, em fin	n, praticar t	odos	os ato	os pa	ra o fiel	cumprin	nento	do
aludido r	manda	ado, inclusive	e o direito d	e sub	stabel	ecer.				

Local e Data.

OUTORGANTE



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



ANEXO III

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das
sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa
, CNPJé microempresa
ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL Nº/, realizado na Prefeitura Municipal de LUISBURGO.
Local e data:, de, de
Assinatura do representante Representante: RG nº:



Prefeitura Municipal de Luisburgo CNPJ 01615423/0001-8

Minas Gerais



ANEXO IV

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

> DECLARAÇÃO (Art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93)

	_				,	inscrito	no
CNPJ nº	_, por	intermédio d	e seu	represer	ntante	legal, S	3r.(a)
	,	portador(a)	da	Carteira	de l	ldentidad	de nº
	e do C	PF nº		, D	ECLAF	RA, para	fins
dodisposto no inciso	V, do	art. 27, da Lei	nº 8.6	666, de 21	de jur	nho de 1	993,
acrescido pela Lei r	° 9.85	4, de 27 de o	utubro	de 1999,	que r	não emp	rega
menor de dezoito a	nos er	n trabalho not	urno,	perigoso	ou insa	alubre e	não
emprega menor de d	ezesse	eis anos.					
	ſ	Ressalva: emp	orega	menor, a	partir	de qua	torze
anos, na condição d	e aprei	ndiz. (Manter d	ou exc	luir esta re	essalva	ı, conforr	me o
caso).							
_							
		(Local e d	ata)				
_		(D		1)	_		
		(Representant	re leas	11)			



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



ANEXO V

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO

Sr. Pregoeira,

VII,	da	Lei	nº.	10.5	520/2002,	que	а	empres	artigo 4º, sa abilitação
para	o Proce	sso de l		•	•		•		ujo objeto o
					,	de		de	
		-		(Repr	esentante	e legal)			



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



ANEXO VI

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

	, inscrito no CNPJ
nº	, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)
	, portador(a) da Carteira de Identidade nº
	e do CPF nº, DECLARA, para fins os
devidos fins e efei	tos legais que não tem nenhum fato superveniente impeditivo
para participação	no certame licitatório, tudo conforme preceitua a legislação
vigente.	
	Por ser a expressão da verdade, firmo o presente
para todos os fins	e efeitos legais.
	(Local e data)
	,
	Representante legal



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



ANEXO VII

MINUTA DE	ATA DE	REGISTRO	DE PREÇO	os -	/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO 140/2021 PREGÃO PRESENCIAL № 056/2021

O MUNICÍPIO DE LUISBURGO/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.615.423/0001-
89, com sede na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Bairro Centro,
Luisburgo/MG, a seguir denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por
seu Prefeito Municipal, Otenides dos Santos Hott Praça, inscrito no CPF
nº 798.007.506-49 e Carteira de Identidade sob o nº M6261687, residente e
domiciliado no Córrego do Suíço, Zona Rural, Luisburgo/MG, e a empresa
, inscrita no CNPJ sob o nº,
estabelecida na,, Bairro,/, doravante
denominado FORNECEDOR, neste ato representada por,
, portador(a) da Cédula de Identidade nº, e inscrito(a) no CPF sob
o nº_, em conformidade com o Processo Licitatório nº 140/2021, na modalidade
Pregão Presencial nº 056/2021, do tipo menor preço, sob a regência da Lei
Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes,
mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Este instrumento tem como objeto o registro de preço de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para a demanda da Secretaria Municipal de Educação, conforme termo de referência e exigências estabelecidas no Edital.

Parágrafo Único - Integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela FORNECEDORA, ambos constantes do **Processo Licitatório n.º 140/2021, Pregão nº 056/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Gerenciamento da Ata de Registro de Preços

2.1. O gerenciamento desta Ata de Registro de Preços, assim como o recebimento e a conferência dos produtos fornecidos serão realizados pela Secretarias Municipal requisitantes.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



CLÁUSULA TERCEIRA - Da Validade da Ata

A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade por Danos

- 4.1. A FORNECEDORA responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em funçãoda fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando- se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 4.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesas, custos, obrigações ou prejuízo que venham a ser suportado pelo MUNICÍPIO, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo MUNICÍPIO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.
- 4.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento do MUNICÍPIO, este comunicará aquele por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao MUNICÍPIO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante o MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula.
- 4.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao MUNICÍPIO, mediante a adoção das seguintes providências:
- 4.4.1. Dedução de créditos do FORNECEDOR;
- 4.4.2. Medida judicial apropriada, a critério do MUNICÍPIO.

 Rua Orlando Muniz de Carvalho, n.º 59, Centro, Luisburgo/MG

 CEP:36923-000 Tel: 33 33787000



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



CLÁUSULA QUINTA – Do Valor, da Execução e da Forma de Pagamento

5.1.0 val	lor	total	estim	ado	des	te	instrum	ento	é	de R	\$			
()	, inc	luída	as	as desp	esas	cor	n fret	es, ir	npos	tos e de	mais
encargos	s in	cident	es so	bre	0 S	eu	objeto,	inclu	ısive	enti	rega	dos	produto	s no
Município	ο.													

- 5.3. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Administração e Finanças do MUNICÍPIO no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pela FORNECEDORA, desde que devidamente atestado o recebimento.
- 5.4. A nota fiscal/fatura será emitida pela FORNECEDORA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.O MUNICÍPIO, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à FORNECEDORA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 5.3 acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 5.5. Os pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela FORNECEDORA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 5.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da FORNECEDORA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensaçãofinanceira ou paralisação da execução da Ata de Registro de Preços.
- 5.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a FORNECEDORA dará ao MUNICÍPIO plena, geral e irretratável quitação da remuneração nela discriminada, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 5.8. Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da FORNECEDORA.

CLÁUSULA SEXTA - Do Cancelamento do Registro de Preços

- 6.1. Os preços registrados poderão ser cancelados:
- 6.1.1. Pela Administração quando:



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



- 6.1.2. O licitante não cumprir as exigências do instrumento convocatório;
- 6.1.3. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do presente instrumento decorrente do Ata de Registro de Preços;
- 6.1.4. Os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado;
- 6.1.5. O licitante que der causa à rescisão administrativa do presente instrumento, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e
- 6.1.6. Por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;
- 6.2. Pela FORNECEDORA, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório quedeu origem a Ata de Registro de Preços, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste instrumento, bem como perdas e danos.
- 6.3 O cancelamento da presente Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Sanções

- 7.1. A FORNECEDORA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução da Ata de Registro de Preços, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e demais cominações legais.
- 7.1.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento da Ata de Registro de Preços:
- a) até 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de Registro dePreços, por ocorrência.
- b) até 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com o possível cancelamento do Instrumento.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, na hipótese da FORNECEDORA, injustificadamente, desistir do Ata de Registro de Preços ou der causa a seu cancelamento, bem como nos demais casos de descumprimento, quando o MUNICÍPIO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- 7.1.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.
- 7.1.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA: Das Condições Gerais

- 8.1 É de total responsabilidade da FORNECEDORA todas as despesas acessórias, bem como taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes nos preços apresentados na Licitação, inclusive obrigações e encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, manutenção de seus equipamentos utilizados na consecução do objeto.
- 8.2. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Instrumento, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo Cancelar a Ata de Registros de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.
- 8.3. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela FORNECEDORA, não importará, em hipótese alguma, em alteração, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Instrumento e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 8.4. Este Instrumento não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da FORNECEDORA designadas para a execução do seu objeto, sendo a mesma a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



8.5. A FORNECEDORA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Instrumento, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder portais danos ou prejuízos.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 9.1. São condições de execução deste Instrumento:
- 9.1.1. O objeto deste Instrumento será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes e as especificações constantes do Termo de Referência, da Proposta Comercial da FORNECEDORA e desta Ata de Registro de Precos.
- 9.1.2. O Setor de Compras do MUNICÍPIO solicitará o fornecimento dos produtos, por meio de ordem de fornecimento, que serão enviadas no decorrer

da vigência da Ata de Registro de Preços e conforme a demanda do MUNICÍPIO.

- 9.1.3. O MUNICÍPIO somente aceitará os produtos que estiverem em conformidade com as especificações constantes das listagens da ordem de fornecimento, bem como as relativas à legislação específica que trata da matéria objeto desse contrato.
- 9.1.4. Os produtos entregues fora das especificações serão devolvidos pelo Setor de Compras/Contratos, mediante Termo de Recusa, sendo que a FORNECEDORA terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento do termo, para providenciar a substituição.
- 9.1.5. O produtos deverão ser entregues no endereço citado no preâmbulo ou outro previamente determinado pela Administração no horário de 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, sem ônus para o MUNICÍPIO.
- 9.1.6. A FORNECEDORA deverá entregar os produtos solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
- 9.1.7. Os produtos deverão ser entregues, conforme o caso, devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da FORNECEDORA. O MUNICÍPIO recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Instrumento.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



- 9.1.8. O recebimento e a conferência dos materiais serão feitos pela Secretaria requisitante, a qual atestará a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à FORNECEDORA.
- 9.1.9. O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.
- 9.1.10. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não receber os materiais com atraso ou desacordo com as especificações e condições constantes neste Instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Obrigações das Partes

- 10.1. A FORNECEDORA obriga-se a:
- 10.1.1. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo do presente Instrumento, bem como as suas cláusulas, preservando o MUNICÍPIO de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da FORNECEDORA;
- 10.1.2. Manter, durante toda a vigência deste Instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao MUNICÍPIO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- 10.1.3. Indicar ao MUNICÍPIO, imediatamente à assinatura deste Instrumento e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca das questões relativas ao fornecimento dos produtos, e atender aos chamados do Setor de Compras/Contratos, principalmente em situações de urgência, inclusive fora do horário normal de expediente, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- 10.1.4. Fornecer números telefônicos, número de Pager ou outros meios igualmente eficazes, para contato do MUNICÍPIO com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;
- 10.1.5. Entregar os produtos objeto do presente Instrumento dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- 10.1.6. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Instrumento, durante toda a sua vigência, a pedido do MUNICÍPIO;



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



- 10.1.7. Cumprir os prazos previstos neste Instrumento e outros que venham a ser fixados pelo MUNICÍPIO;
- 10.1.8. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Instrumento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive cancelamento dos preços registrados;
- 10.1.9. Executar o presente Instrumento responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.
- 10.2. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 10.2.1. Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da FORNECEDORA ao local de entrega dos produtos;
- 10.2.2. Emitir, por meio do Setor de Compras do MUNICÍPIO, a Ordem de Fornecimento;
- 10.2.3. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Instrumento;
- 10.2.4. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Instrumento, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- 10.2.5. Atestar a execução do objeto deste Instrumento no documento fiscal correspondente;
- 10.2.6. Efetuar os pagamentos devidos à FORNECEDORA nas condições estabelecidas:
- 10.2.7. Fiscalizar a execução desse Instrumento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes deste Registro de Preços correrão por conta das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual.

ORGÃO: 02 PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020501 DIVISAO DE MAN.E DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA

12 361 0018 2.017 MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

339030 Material de Consumo ficha ENSINO 119

12 365 0016 2.156 MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO INFANTIL - PRE ESCOLA

449052 Equipamentos e Material Permanente ENSINO 162

Rua Orlando Muniz de Carvalho, n.º 59, Centro, Luisburgo/MG CEP:36923-000 - Tel: 33 33787000



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Instrumento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Local e data		
	MUNICÍPIO DE LUISBURGO Prefeito Municipal	
	FORNECEDORA/DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS	
Testemunhas:		
Nome: CPF:		
Nome: CPF:		



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



ANEXO VIII TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto é aquisição de equipamentos de informática para a demanda da Secretaria Municipal de Educação Luisburgo-MG, conforme especificações contidas no termo de referência, conforme seque abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
	COMPUTADOR GENÉRICO, MONTADO, DESKTOP,					
	COMPLETO, COM MONITOR, CAIXAS ACÚSTICAS,		1			
	TECLADO E MOUSE.		1			
	ESPECIFICAÇÕES DA PLACA MÃE					
	PLACA MÃE - LGA 1151 - DDR4 - HDMI					
	Suporta processadores de 14 nm - Suporta a tecnologia					
	Turbo Boost 2.0 - Suporta a tecnologia Turbo Boost 2.0					
	dependendo do tipo do processador - Chipset H310 -					
	Memória - Memória 2 x DIMM, máximo de 32GB, DDR4					
	2400/3000 MHz Non-ECC, Un-buffered – Suporta Extreme					
	Memory Profile (XMP) 0 x DIMM, Max. Gráfico					
	Processador Gráfico Integrado - HD Graphics Saída Multi-					
	VGA: portas HDMI/RGB - Suporta RGB com resolução					
	máxima de 1920 por 1200 / 60 Hz - Suporta HDMI com					
	resolução máxima de 4096 x 2160 @ 24 Hz / 2560 x 1600					
	@ 60 Hz - Máximo de memória compartilhada 1024 MB -					
	Suporta Intel® Quick Sync Video, Clear Video HD					
	Technology - Slots de expansão: 1 x PCle 3.0/2.0 (x16), 2					
	x PCle 2.0 x1, 1 x PCl – Armazenamento H310 chipset : 4]			
	x Porta(s) SATA 6Gb/s, cinza(s) LAN 1 x Gigabit LAN]			
	RTL8111H – Audio ALC887 com 8 canais - CODEC de alta					
	definição *1 - Suporta: Detecção de conexão, Painel]			
	frontal com possibilidade de redefinir a conexão - Portas					
	USB H310 chipset: 4 porta(s) USB 3.0/2.0 (2 no painel					
	traseiro, azul, conectores internos para mais 2 porta(s))					
	H310 chipset: 6 porta(s) USB 2.0/1.1 (4 no painel traseiro,					
	preta(s), conectores internos para mais 2 porta(s)) -					
	Recursos especiais 5X Protection II : LANGuard - 2.5X					
	higher surge tolerance - Overvoltage Protection - World-					
001	class circuit-protecting power design - DRAM Overcurrent	UN	004			
	Protection - Prevents damage from short circuits -					
	Stainless-Steel Back I/O - 3X corrosion-resistance for					
	greater durability - ESD Guards - Electrostatic discharge					
	protection - Recursos exclusivos: - Al Suite 3 - Ai Charger]			
	- Mobo Connect - Solução térmica silenciosa: - Stylish					
	Fanless Design Heat-sink solution - Fan Xpert EZ DIY : -					
	CrashFree BIOS 3 - EZ Flash 3 - UEFI BIOS EZ Mode - Push Notice - Q-Design : - Q-Slot - Q-DIMM - Media]			
	Streamer - Sistema operacional suportado: Windows 7]			
	32bit/64bit, Windows® 10 64bit, Windows® 8.1 64bit -]			
	Portas no painel Traseiro: 1 x PS/2 teclado (roxo), 1 x PS/2]			
	mouse (verde), 1 x saída(s) D-Sub, 1 x HDMI, 1 x porta(s)					
	LAN (RJ45), 4 x porta(s) USB 2.0 , 3 x, conector(es) de]			
	áudio, 2 x porta(s) USB 3.0 (azul) , 1 x porta(s) COM -					
	Painel Interno: 1 x entrada USB3.0, com suporte a 2 portas]			
	USB 3.0 adicionais 1 x entrada(s) USB 2.0, com suporte a]			
	2 portas USB 2.0 adicional(s) 1 x conectores(s) para porta]			
	COM 1 x conector(es) de ventoinha do processador (1 x 4]			
	-pin) 4 x conectores SATA 6Gb/s 1 x conector(es) de					
	ventoinha do chassi (1 x 4 -pin) 1 x conector(es) de força					
	EATX de 24 pinos 1 x LPT header 1 x conector(es) de força					
	ATX 12V de 4 pinos 1 x conector(es) de áudio para o painel]			
	frontal (AAFP) 1 x painel(s) do sistema 1 x conector interno]			
	para auto-falante 1 x Chassis Intrusion connector(s) 1 x 14-]			
	1 pin TPM connector – Acessórios: Manual do usuário I/O]			
	Shield 2 x cabos S-ATA 6Gb/s, 1 x Supporting DVD – BIOS]			
	128 Mb Flash ROM, UEFI AMI BIOS, PnP, DMI2.0,]			
	WfM2.0, SM BIOS 3.0, ACPI 5.0, Multi-language BIOS, EZ					
	Flash 3, CrashFree BIOS 3, My Favorites, Quick Note, Last					



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



DRAM SPD (Serial Presence Detect) memory information, F11 EZ Tuning Wizard, F6 Qfan Contro – Gerenciamento WfM 2.0, DMI 2.0, WOL by PME, PX - Suporte de Disco Drivers Utilities, EZ Update, Anti-virus software (OEM version, Formato, Modelo Matx, 24.4 cm por 18.2 cm (9.6 polegadas por 7.2 polegadas) – Lacre de garantia – Um ano de garantia.

ESPECIFICAÇÕES DO PROCESSADOR: 6 NÚCLEOS, 6 THREADS, MINIMO DE 9M de CACHE, 4.10 GHz.

Segmento vertical: Desktop - Status: Launched - Data de introdução: Q1'17 - Litografia: 14 nm - Desempenho Número de núcleos: 2 - Nº de threads: 4 - Frequência baseada em processador: 4,10 GHz - 9M de CACHESmartCache - Velocidade do barramento: 8 GT/s DMI3 - Nº de links de QPI: 0 - TDP: 65 W - Informações complementares - Opções integradas disponíveis: Não -Livre de conflitos: Sim - Ficha técnica - Especificações de memória - Tamanho máximo de memória (de acordo com o tipo de memória): 64 GB - Tipos de memória: DDR4-2133/2400, DDR4L-2600/3600 @ 1.35V - No máximo de canais de memória: 2 - Compatibilidade com memória ECC ‡: Sim - Especificações gráficas - Gráficos do processador ‡: Gráficos HD 630 - Frequência da base gráfica: 350 MHz - Máxima freqüência dinâmica da placa gráfica: 1,15 GHz - Quantidade máxima de memória gráfica de vídeo: 64 GB - Suporte para 4K Yes, at 60Hz -Resolução máxima (HDMI 1.4)‡: 4096x2304@24Hz Resolução máxima (DP)‡: 4096x2304@60Hz - Resolução máxima (eDP - tela plana integrada)‡: 4096x2304@60Hz - Suporte para DirectX*: 12 - Suporte para OpenGL*: 4.4 -Quick Sync Video: Sim - Tecnologia de alta definição Clear Video: Sim - Clear Video Technology: Sim - No de telas suportadas ±: 3 - Opções de expansão - Escalabilidade: 1S Only: Revisão de PCI Express: 3.0 - Configurações PCI Express ‡: Up to 1x16, 2x8, 1x8+2x4 - Nº máximo de linhas PCI Express: 16 - Especificações de pacote - Soquetes suportados: FCLGA1151 - Configuração máxima da CPU: 1 - Especificação de solução térmica: PCG 2015C (65W) - TJUNCTION: 100°C - Tamanho do pacote: 37.5mm x 37.5mm - Opcões de Halógena Baixa Disponíveis: Consulte MDDS - Tecnologias avançadas - Tecnologia Turbo Boost ‡: Não - Tecnologia vPro™ ‡: Não Tecnologia Hyper-Threading ‡:Sim - Tecnologia de virtualização (VT-x) ‡: Sim - Tecnologia de virtualização para E/S direcionada (VT-d) ‡: Sim - VT-x com Tabelas de página estendida (EPT) ‡: Sim - TSX-NI: Não - Conjunto de instruções -Processador com base em x32 e x64 -INCLUINDO BOX COM CPU COOLER - Um ano de

ESPECIFICAÇÕES DA MEMÓRIA:

MEMÓRIA RÁM 8GB - DDR4 - 2400/3000 MHZ PARA PC DESKTOP

Capacidade mínima: 8 GB (1x8GB) - Tipo: DDR4-Velocidade: 2400/3000Mhz- CL (IDD): 15 Ciclos- Fonte de alimentação: VDD - 1.2V (típica) — Pinágem: 288-Pin DIMM- Latência: 15-17-17 - Latência CAS: CL15 (15-15-15) - Voltagem: 1.5V — Formato DIMM — Tipo de memória SDRAM - Temperatura de operação: 0°C a 85° - Temperatura de armazenagem: -55°C a 100°C - Cor: Preta - Proteção antiestética de plástico envolvendo todo produto. — Para desktop — Lacre de garantia — Um ano de garantia.

ESPECIFICAÇÕES DO GABINETE:

GABINETE TÖRRE, 2 BAIAS – PREFERÊNCIA GAMER

USB FRONT, AUDIO FRONT, SEM FONTE, DIMENSÕES 420x185x415mm. 07 SLOTS DE EXPANSÃO - CONECTORES:- 1 x ATX 20/24- 1 x ATX 12V- 2 x MOLEX (PERIFÉRICOS - MODULAR)- 2 x SERIAL ATA POWER (MODULAR) - PLACAS MÃE



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



SUPORTADAS:- ATX- MINI ATX- MICRO ATX - BAIAS:-04x DRIVER 5.25"- 04x DRIVE 3.5" - BOTÕES:-LIGA/DESLIGA, RESET - PORTAS:- 01x USB 2.0- 01x USB 3.0- 01x ÅUDIO- 01x MICROFONE - LACRE DE GARANTIA NA PARTE INTERNA (NÃO LACRAR AS TAMPAS LATERAIS PARA QUE OS COMPONENTES POSSAM SER CONFERIDOS NO ATO DA ENTREGA) -UM ANO DE GARANTIA. **ESPECIFICAÇÕES DO MONITOR: MONITOR LED 19,5 POLEGADAS** Tamanho da tela (Polegadas): 19,5" - Formato: 16:9 Widescreen - Contraste: 5.000.000:1 - Tempo de Resposta: 5ms (GTG) - Brilho: 200 cd/m² - Resolução Mínima: 1366 x 768 - Pixel Pitch: 0.3177 (H) x 0.307 (V) (mm) - Suporte de cores: 16,7 M - Ângulo de Visão: H:90° / V:65° - Frequência Horizontal 30 ~ 61 kHz Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz - Revestimento da Tela: Anti- Glare, Hard Coating (3H) - Características físicas -Tipo LED - Alimentação Externa (adaptador) - Dimensões (LxPxA) Produto:463 x 357 x 168 mm - Dimensões (LxPxA) Produto sem base: 463 x 287 x 57 mm Dimensões (LxPxA) Embalagem: 534 x 353 x 111mm -Peso (produto): 2,2 Kg - Peso (embalagem): 3,1 Kg - Cor Frontal - Preto - Cor da Base : Preto - Cor Traseira: Preto - Entrada de Sinal - Conector de entrada: D-Sub (RGB) -HDMI ,Recursos: Recursos Especiais: Flicker Safe, Reader Mode, Super Energy Saving, Dual Smart Solution - Furação para Suporte de Parede: Vesa (75 x75 mm) -Acessórios: Cabo de Força (power cord): Sim - Adaptador AC: Sim - Cabo D-SUB: Sim - Manual do usuário: Sim -Consumo de Energia: Normal 20W (Típico) - Lacre de garantia - Um ano de garantia. **ESPECIFICAÇÕES DA FONTE: FONTE ATX 500W REAL** PARA PC DESKTOP, CONECTOR ATX DE 20+4 PINOS, S-ATA, CONECTOR PCI-E 6 PINOS, VENTILADOR NA BASE HORIZONTAL DE 12 Cm, 01 CONECTOR AUXILIAR ATX 12v, 02 CONECTORES IDE, 03 CONECTORES S-ATA, 01 CONECTOR FLOPPY DRIVE, PROTEÇÃO DE NILON NOS CABOS, DIMENSÃO (LxAxP) 140x85x150mm, FAIXA DE TEMPERATURA OPERACIONAL DE 0 A 50 ° C, TECLA LIGA/DESLIGA CHAVE SELECTORA, TOMADAS NO PADRÃO NBR 14136 SENDO, 01 TOMADA POWER E 01 TOMADA AUXILIAR PARA MONITOR, COM CABO TRIPOLAR DE 1,80m PADRÃO NBR 14136, COR PRETA – LACRE DE GARANTIA - UM ANO DE GARANTIA. **ESPECIFICAÇÕES DO HD:** Hd SSD MINIMO 240 GB - Sata - 6 gb/s Capacidade: 240 GB - Tecnologia interna: SSD - Cor: VARIAS - Aplicações: PC/Notebook - Localização: Interno - Interfaces: SATA III - Fator de forma: 2.5 in -Velocidade de transferência: 540 MB/s - Latência média: 5 ms - Sistema de arquivos suportados: Windows® 8.7 (SP1).Vista® (SP1.SP2). XP (SP3) - Dados do cachê: 240 GB - Dimensões: 100,0 mm x 69,9 mm x 7,0 mm - Peso: 41g - Lacre de garantia - 01 ano de garantia **ESPECIFICAÇÕES DO TECLADO: TECLADO USB 2.0 PARA PC** MÍNIMO 117 TECLAS, ABNT2, BRASIL, PLUG AND PLAY, PRETO, COMPRIMENTO DE CABO: 2m,

MOUSE OPTICO, USB 2.0 PARA PC ESPECIFICAÇÕES: PLUG AND PLAY, DOIS BOTÕES DE CLICK E UM BOTÃO ROLON (2+1 – DO SCROLL), RESOLUÇÃO 800 DPI, VELOCIDADE DE ROLAMENTO: ATÉ 20′, DIMENSÕES 5,8 x 4 x 11,5cm, CABO DE 1,8m,

ESPECIFICAÇÕES DO MOUSE:

DIMENSÕES: 45,6 x 4,3 x 16,5cm, COM TECLADO MULTIMÍDIA E TECLADO NUMÉRICO INTEGRADO – LACRE DE GARANTIA – UM ANO DE GARANTIA.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



	PRETO – LACRE DE GARANTIA – UM ANO DE GARANTIA.					
•	Todos os valores devem estar inclusos frete e demais Deve ser considerado também já os custos com mo necessitem para garantir o perfeito funcionamento do(Servidor Responsável. Todo(s) o(s) produto(s) devem acompanhar sua	ontagem, s) equipa	instalação, mento(s) no	configuraç o local espe	ção e demais cificado pelo	s serviços que comprador ou
	especificações técnicas e demais. A garantia mínima do(s) produto(s) deve(m) ser de no			g()	p	
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
002	Garrafa de tinta preta, 664 Bk, original, para impressora Epson.	UN	010			
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
003	Garrafa de tinta magenta, 664 M, original, para impressora Epson	UN	010			
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
004	Garrafa de tinta Ciano, 664 C, original, para impressora Epson.	UN	010			
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
005	Garrafa de tinta Amarela, 664 Y, original, para impressora Epson.	UN	010			
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Marca	V.unit	Total
006	MULTIFUNCIONAL Principais Caracteristicas: 1- Impressora, Copiadora e Scanner. 2- Alto Rendimento: imprima até 4.500 páginas em preto e 7.500 páginas em cores. 3- Baixíssimo custo por impressão. 4- Único sistema Tanque de Tinta 100% sem cartuchos. 5- iPrint - Imprima e digitalize de Tablets e Smartphones 6- E-mail Print - Encaminhe um e-mail para a multifuncional e imprima arquivos e fotos em instante Impressora: Tecnologia de impressão: Tecnologia exclusiva Micropiezo. Resolução máxima de impressão: 5760 x 1440 dpi. Velocidade de impressão: 33 ppm em preto e 15 ppm em cores. Tamanho da gota: 3 picolitros. Cabo USB Incluso: Sim. Capacidade de Entrada do papel: 100 folhas de papel A4. Capacidade de Saída do papel: 30 folhas de papel A4.	UN	002			

2. JUSTIFICATIVA

Conectividade:

Conexões: USB 2.0 de alta velocidade.

2.1. A aquisição desses equipamentos se justifica pela necessidade da atualização e/ou substituição dos equipamentos que estão apresentando problemas e antigos,



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



sendo que muito não há mais peças de reposição e já ultrapassaram a data limite para substituição.

- 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS
- 3.1. Os bens/materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de Serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto 5.450, de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 dedezembro de 2006 e Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993.
- 4. FORMA DE FORNECIMENTO
- 4.1. O licitante vencedor deverá entregar o (s) bem (ns), nos exatos termos estabelecidos no edital convocatório, na sede do Município, em conformidade com a necessidade do Município de LUISBURGO.
- 4.2. Para atender a necessidade, a Contratada deverá efetuar a entrega/fornecimento no âmbito do Município de LUISBURGO, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de fornecimento, conforme consta no Edital Convocatório e Ata de Registro de Preço, devendo estar em perfeita condições de uso/consumo e adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1 . São condições de execução deste Instrumento:
- 5.2. O objeto deste Instrumento será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes e as especificações constantes do Termo de Referência, da Proposta Comercial da FORNECEDORA e desta Ata de Registro de Preços.
- 5.3 . O Setor de Compras do MUNICÍPIO solicitará o fornecimento dos produtos, por meio de ordem de fornecimento, que serão enviadas no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços e conforme a demanda do MUNICÍPIO.
- 5.4 . O MUNICÍPIO somente aceitará os produtos que estiverem em conformidade com as especificações constantes das listagens da ordem de fornecimento, bem como as relativas à legislação específica que trata da matéria objeto desse contrato.
- 5.5. Os produtos entregues fora das especificações serão devolvidos pelo Setor de Compras/Contratos, mediante Termo de Recusa, sendo que a FORNECEDORA terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contados dorecebimento do termo, para providenciar a substituição.



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



- 5.6. O produtos deverão ser entregues no endereço citado no preâmbulo ou outro previamente determinado pela Administração no horário de 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, sem ônus para o MUNICÍPIO.
- 5.7. A FORNECEDORA deverá entregar os produtos solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
- 5.8. Os produtos deverão ser entregues, conforme o caso, devidamenteembalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da FORNECEDORA. O MUNICÍPIO recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Instrumento.
- 5.9. O recebimento e a conferência dos materiais serão feitos pela Secretaria requisitante, a qual atestará a entrega dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à FORNECEDORA.
- 5.10. O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.
- 5.11. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não receber os materiais com atraso ou desacordo com as especificações e condições constantes neste Instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - Do Foro

6.1. Elege o foro da Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Instrumento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

GIOVANNA APARECIDDA BOREL VARGAS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CNPJ 01615423/0001-8 Minas Gerais



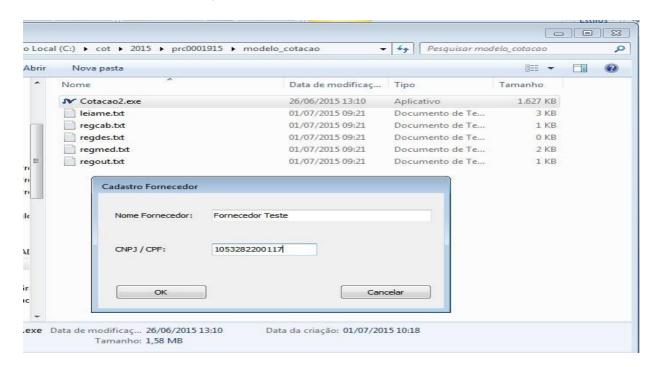
ANEXO IX – ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE PROPOSTA ARQUIVO ELETRÔNICO

Acesso do Fornecedor ao Programa Cotação:

1º Passo: Extrair o arquivo zipado enviado por e-mail ou baixado em algum lugar disponibilizado pela entidade;

2º Passo:

- (SE ENVIADO POR E-MAIL): Alterar o nome do arquivo "cotacao2.ex"
 (ou o nome que foi colocado) e colocar cotacao2.exe;
- (SE BAIXADO NO SITE): O programa cotação já estará pronto para ser executado.
- 3º Passo: Execute o programa "cotação2.exe", e entre com o nome do fornecedor e o CPF/CNPF;



OBS: O CNPJ/CPF tem que ser VÁLIDO, caso contrário não será acessado osistema de cotação. Clique "ok";



Prefeitura Municipal de Luisburgo CNPJ 01615423/0001-89



OBS.: Em caso de erro de digitação dos dados (Nome do fornecedor e CNPJ/CPF), pode-se corrigi-los através da aba "fornecedor", como informado na figura acima.

4º Passo: Faça a cotação de preços Aba Cotação/Cotação Geral:



- 5º Passo: Preencher a proposta dos itens interessados.
- 6º Passo: Impressão da proposta final; será gerado um relatório com os valores e marcas digitados na tela de cotação, no final do relatório o sistema gera um código validador, que será usado pelo usuário da prefeitura; ex:



Prefeitura Municipal de Luisburgo CNPJ 01615423/0001-89

Valor total da proposta: R\$ 74,00

17680326716

Código de validação

O fornecedor deve trazer no dia da licitação a pasta completa com os arquivosem um pen drive, como segue abaixo:

